

# Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

#### **1. Contexto Operacional**

A Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA é uma empresa pública do Município de Juiz de Fora, criada pela Lei nº 7.762/90 e regida pela Lei Municipal nº 13.473/2016, bem como pelas Leis Federais nº 6.404/76, nº 11.445/2007 e nº 13.303/2016. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e duração indeterminada, tem como objeto social planejar e executar o sistema público de abastecimento de água e esgotamento sanitário, visando à universalização do acesso e à sustentabilidade econômico-financeira, conforme diretrizes regulatórias do Poder Executivo municipal. As tarifas são reguladas pela ARISB – Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico de Minas Gerais.

#### **2. Base de Elaboração e Apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos ou passivos.

As demonstrações financeiras aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e disposto na nota explicativa nº 3 daquele período.

A companhia declara que as principais práticas e políticas contábeis, constantes na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais findas em 31 de dezembro de 2024, permanecem válidas para estas informações findas em 31 de dezembro de 2025.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela administração da companhia em 13 de março de 2026. A administração declara, ainda, que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **3. Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis aplicadas são consistentes nos períodos apresentados. A seguir, destacam-se as principais políticas:

##### **a) Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e vencimento original de até três meses, sujeitos a risco insignificante de alteração de valor.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado.

## b) Contas a receber

Refere-se aos créditos a receber dos usuários decorrentes do fornecimento de água dos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e de demais serviços correlatos. Inclui, ainda, receitas auferidas e não faturadas até a data do balanço, registradas em observância ao regime de competência e ao princípio do reconhecimento da receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo, que corresponde à contraprestação a receber pelos serviços prestados, e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, líquidas da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD). A PECLD é reconhecida quando há evidência objetiva de que a Companhia poderá não recuperar integralmente os valores a receber, considerando, entre outros, os seguintes indicadores: dificuldades financeiras relevantes do devedor, probabilidade de falência ou recuperação judicial, bem como atrasos, inadimplência ou descumprimento dos prazos contratuais.

A Companhia monitora a inadimplência por meio de dois indicadores complementares:

1. Índice de evasão de receitas (SNIS): em 2025, o índice apurado foi de 2,6%, calculado pela relação:

$$\frac{\text{Receita Operacional total} - \text{Arrecadação Total}}{\text{Receita Operacional total}}$$

Índice de Evasão de Receitas														UNIDADE:	(%)	SENTIDO:	▼
------------------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	----------	-----	----------	---

Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	2025
<b>Meta</b>	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	2,5	<b>2,5</b>
<b>Realizado</b>	1,8	9,7	3,2	-6,8	2,7	7,0	-4,8	2,7	4,6	3,5	10,5	-4,6	<b>2,6</b>

2. Análise de envelhecimento (aging) por dias de atraso: a Companhia acompanha a arrecadação do faturamento por período decorrido, observando que, em média, até 30 dias ocorre arrecadação de 71,50% do faturado (inadimplência de 28,50%) e que, ao final de 360 dias, a inadimplência reduz para 1,33%. Considerando o comportamento histórico observado no exercício de 2025, a inadimplência média apurada foi de 4,04%, conforme demonstrado no gráfico.

PERCENTUAL DE INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA POR NÚMERO DE DIAS  
2025

FATURAMENTO (R\$)		INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA POR NÚMERO DE DIAS												Faturamento	Inadimplência
Mês	Valor	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias	210 dias	240 dias	270 dias	300 dias	330 dias	360 dias	a Receber	no Ano
Janeiro	23.904.087,97	29,28%	10,59%	5,34%	4,67%	4,49%	4,39%	4,33%	4,29%	4,25%	4,23%	4,22%	1,33%	318.827,34	1,33%
Fevereiro	25.267.808,67	31,24%	10,53%	5,60%	4,95%	4,76%	4,65%	4,54%	4,51%	4,48%	4,45%	1,48%		374.802,14	1,48%
Março	25.575.509,53	29,26%	9,48%	4,45%	3,83%	3,62%	3,53%	3,46%	3,41%	3,38%	0,31%			79.197,41	0,31%
Abril	23.564.518,37	29,55%	9,89%	5,56%	4,91%	4,72%	4,62%	4,58%	4,55%	0,94%				221.675,77	0,94%
Mai	25.838.967,49	28,61%	8,74%	4,40%	3,92%	3,77%	3,69%	3,62%	0,44%					113.171,15	0,44%
Junho	26.255.590,42	29,97%	8,95%	5,07%	4,55%	4,39%	4,28%	1,32%						347.402,29	1,32%
Julho	25.108.998,32	25,42%	8,73%	4,70%	4,25%	4,09%	1,21%							303.432,59	1,21%
Agosto	25.138.228,33	27,31%	8,44%	4,52%	4,04%	1,29%								324.209,52	1,29%
Setembro	26.334.774,17	27,36%	8,97%	5,38%	1,71%									449.732,11	1,71%
Outubro	26.580.084,40	26,53%	8,56%	1,43%										380.110,93	1,43%
Novembro	27.133.350,70	28,82%	6,51%											1.766.619,46	6,51%
Dezembro	27.059.921,48	28,64%												7.749.373,75	28,64%
<b>Total</b>	<b>307.861.919,85</b>	<b>87.738.703,06</b>	<b>27.821.795,09</b>	<b>14.299.221,33</b>	<b>12.600.455,41</b>	<b>11.976.921,98</b>	<b>11.600.484,56</b>	<b>11.212.656,46</b>	<b>10.590.477,37</b>	<b>10.050.303,97</b>	<b>9.229.414,73</b>	<b>8.781.889,78</b>	<b>4.106.192,93</b>	<b>12.428.554,46</b>	<b>Do Ano</b>
<b>Média de Inadimplência</b>		<b>28,50%</b>	<b>9,04%</b>	<b>4,64%</b>	<b>4,09%</b>	<b>3,89%</b>	<b>3,77%</b>	<b>3,64%</b>	<b>3,44%</b>	<b>3,26%</b>	<b>3,00%</b>	<b>2,85%</b>	<b>1,33%</b>	-	<b>4,04%</b>

A análise de envelhecimento das contas a receber complementa o monitoramento da inadimplência e subsidia a avaliação da suficiência da PECLD constituída, conforme metodologia descrita na alínea "c" a seguir.

**c) Perdas Estimadas em crédito de liquidação duvidosa:**

Em conformidade com o NBC TG 48 (IFRS 9) e considerando a política de recuperação de créditos adotada pela Companhia, que contempla a negatização do usuário nas instituições de proteção ao crédito e a interrupção dos serviços prestados aos usuários inadimplentes, a perda estimada é constituída com base em metodologia fundamentada no histórico de valores prescritos.

A PECLD é apurada utilizando-se estimativa calculada a partir da média dos valores prescritos nos últimos 10 exercícios. Com base nessa série histórica, apurou-se, em 2025, uma média anual de R\$ 1.160 mil, a qual foi aplicada para estimar as perdas dos 10 períodos ainda não prescritos, em consonância com o prazo prescricional de 10 anos. Assim, a perda estimada total constituída em 2025 totalizou R\$ 11.597 mil.

A premissa subjacente é de que o comportamento histórico de prescrição é representativo para estimar as perdas futuras, considerando a estabilidade dos padrões de inadimplência e recuperação observados. A metodologia é aplicada de forma consistente entre os exercícios, assegurando a comparabilidade das estimativas, e é submetida a calibração periódica, considerando variações nos padrões de inadimplência e alterações na política de recuperação de créditos.

**d) Estoques de materiais**

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor entre custo e o valor líquido realizável. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, e estão demonstrados ao custo médio de aquisição.

**e) Créditos tributários**

Os créditos tributários são apresentados considerando as consequências fiscais atuais e futuras, inclusive decorrentes de eventos passados, e a diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

**f) Investimentos**

O investimento é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação, investimentos estes como aquisições de cotas de empresas (consideradas outros investimentos) e propriedades para investimentos, descritos na nota explicativa 09.

**g) Imobilizado**

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações são calculadas de acordo com o método da linha reta (cotas constantes), levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação descritas na nota explicativa 10.

**h) Intangível**

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 11.

A partir de 2025 a Companhia passou a reconhecer os direitos de captação de água em diversos mananciais (superficiais e subterrâneos) para viabilizar o abastecimento público. Tais direitos são concedidos por meio de Portarias de Outorga emitidas pelos órgãos reguladores (IGAM, ANA, entre outros). Por se tratar de outorgas onerosas, a Companhia assume a obrigação de pagamento de taxas anuais pelo uso do recurso hídrico durante o prazo de vigência da concessão.

Os direitos de outorga são reconhecidos como ativos intangíveis, uma vez que são identificáveis, controlados pela Companhia e geradores de benefícios econômicos futuros. A mensuração inicial é determinada pelo valor presente das obrigações futuras estimadas.

Para a determinação do montante a ser ativado e do passivo correspondente, a Companhia projetou o fluxo de caixa dos pagamentos futuros com base na taxa de cobrança vigente pelos órgãos reguladores no exercício de 2025 e uma inflação projetada de 5% a.a.

Os ativos são amortizados pelo método linear de acordo com o prazo de validade jurídica de cada portaria, variando entre 7 e 8 anos para as principais captações.

As despesas de amortização são registradas no Custo dos Serviços Prestados. Os encargos financeiros decorrentes do deságio do ajuste a valor presente são apropriados mensalmente ao resultado financeiro, utilizando o método da taxa efetiva de juros, conforme o tempo transcorrido.

#### **i) Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos e financiamentos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas na contratação dos empréstimos e financiamentos são reconhecidas como custos da transação daquelas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo ou financiamento seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço patrimonial.

#### **j) Obrigações trabalhistas e sociais**

Representado pelos salários a pagar, provisões para férias e 13º salário, e os benefícios complementares, estes últimos quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, e são apropriados pelo regime de competência.

#### **k) Provisão para contingências**

As provisões são constituídas para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências quando a perda é considerada provável, nos montantes considerados necessários e suficientes para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e/ou ambientais, e que estão em andamento.

Os depósitos judiciais são realizados para garantir a continuidade dos processos e em face das determinações judiciais, garantindo o cumprimento da exigência até que a discussão judicial seja finalizada, e são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências prováveis.

#### **l) Contribuição social sobre o lucro líquido**

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

A contribuição social, é calculada com base nos resultados tributáveis, através da aplicação da alíquota de 9%, conforme previsto na legislação tributária.

**m) Imunidade Tributária**

A Companhia obteve reconhecimento judicial de imunidade tributária recíproca quanto à incidência do IRPJ, conforme decisão transitada em julgado no processo nº 0007998-48.2010.4.01.3801. Com isso, não há obrigação de recolhimento do imposto, e os valores lançados anteriormente no 1º e 2º trimestre foram estornados no 3º trimestre de 2025. Os valores de IRPJ registrados como despesa no período de 2012 a 2024 e não recolhidos, com o correspondente ajuste nas obrigações tributárias anteriormente registradas, foram reconhecidos no exercício de 2025 por ser o período em que ocorreu o trânsito em julgado da decisão judicial, evento que eliminou a incerteza quanto ao desfecho do litígio e tornou o direito da Companhia definitivo e plenamente oponível, não subsistindo condição ou expectativa de reversão no âmbito do processo. Até esse marco, a Administração avaliava a matéria como sujeita a risco de desfecho desfavorável, razão pela qual os montantes correspondentes vinham sendo tratados contabilmente como despesa e mantidos como obrigação (passivo) sem recolhimento. Assim, em 2025, quando a obrigação deixou de atender à definição de passivo (ausência de obrigação presente), a Companhia procedeu ao desreconhecimento do passivo e ao reconhecimento da respectiva contrapartida no resultado do período, em consonância com os critérios de reconhecimento e desreconhecimento previstos nos pronunciamentos contábeis aplicáveis, conforme nota explicativa 27.

**n) Juros sobre capital próprio**

Os juros sobre o capital a pagar aos acionistas foram calculados nos termos da Lei nº 9.249/1995, e foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme preceitua a legislação tributária e apresentado no passivo circulante, conforme nota explicativa nº 16.

**o) Uso de estimativas**

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da administração. A companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir significativamente dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Estimativa de perdas em créditos de liquidação duvidosa (EPCLD); Depreciação, vida útil e valor residual do ativo imobilizado; e Provisão para contingências.

**p) Reconhecimento de receita**

As receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados, ou seja, são reconhecidas em observância ao regime de competência. E são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas dos impostos, devoluções/cancelamentos e descontos incidentes sobre elas.

A apropriação da receita de serviços está em linha com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, que estabelece o reconhecimento das receitas com base nos contratos firmados com clientes e em um processo de cinco etapas: identificação do contrato, identificação das obrigações do contrato, definição do preço, alocação do preço às obrigações de performance e cumprimento dessas obrigações.

#### q) Instrumentos financeiros

Os valores dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações e mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da companhia se encontram registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

**Aplicações Financeira:** A Companhia tem como prática histórica fazer aplicações de baixo risco. As aplicações são realizadas com o intuito de manter a valorização dos recursos, e são gerenciados num modelo de negócios cujo objetivo é de recolher apenas fluxos de caixa contratuais (juros e principal) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, de acordo com a NBC TG 48.

**Clientes:** As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são mensurados pelo preço de transação no reconhecimento inicial e subsequente, conforme determina o NBC TG 47. O ativo é classificado e mensurado pelo custo amortizado pois gera fluxos de caixas que são exclusivamente para pagamento de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia fatura os serviços de água e esgoto mensalmente com vencimento médio de 10 dias.

**Fornecedores:** É mensurado inicialmente pelo valor de transação que corresponde ao seu valor justo e subsequentemente ao custo amortizado. A companhia possui uma política de pagamento que contempla a antecipação aos fornecedores. A companhia não financia compras com fornecedores e seus prazos médios de vencimento são de 30 dias.

#### r) Arrendamentos

A companhia identificou e separou os contratos que são isentos de reconhecimento (curto prazo e baixo valor), sendo registrados como despesa e os demais contratos como ativo de arrendamento, conforme NBC TG 06 (R2).

### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades de livre gestão e vinculadas estão demonstradas como segue:

	Livre Gestão		Vinculadas		Total	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fundo Rotativo					-	-
Banco	1.377	1.119	2.745	1.992	4.122	3.111
Aplicações Financeiras	6.831	17.684	7.248	116.982	14.078	134.666
	<b>8.208</b>	<b>18.803</b>	<b>9.993</b>	<b>118.974</b>	<b>18.200</b>	<b>137.777</b>

As aplicações financeiras compreendem Certificados de Depósito Bancário (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com rentabilidade indexada ao CDI (Certificado de Depósito

interbancário) e liquidez diária. Os saldos registrados contabilmente não diferem significativamente dos respectivos valores justos (valores de mercado) na data-base.

O grupo de contas vinculadas corresponde a recursos com restrição de uso, constituídos por valores bloqueados/vinculados, conforme detalhamento a seguir:

Rótulos de Linha	Soma de Saldo
Conta Vinculada Terceiros (a)	2.652
Recursos vinculados investimentos (c)	110
Bloqueada Garantia Financiamento (b)	7.231
Bloqueio Judicial (d)	1
<b>Total Geral</b>	<b>9.993</b>

- Conta vinculada – terceiros: valores retidos para cobertura de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros, relacionados a contratos de prestação de serviços com mão de obra residente nas dependências das unidades da Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA, a serem repassados às empresas contratadas conforme as obrigações contratuais.
- Bloqueio – garantia de financiamentos: valores mantidos como garantia contratual de financiamentos contratados pela CESAMA, sujeitos às condições previstas nos respectivos instrumentos.
- Recursos vinculados – investimentos: valores provenientes de financiamentos vinculados a investimentos/obras específicas, com utilização restrita às finalidades definidas nos contratos de financiamento.
- Bloqueio judicial: valores bloqueados por determinação judicial, permanecendo indisponíveis até decisão ou liberação formal.

## 5. Contas a Receber de Clientes

Os valores relativos as contas a receber estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a Receber de Usuários Fatura	57.969	49.210
Parcelamento Usuário	6.884	10.222
Valores a Receber Partes Relacionadas	790	11.200
Valores a Receber para Fundo Municipal de Saneamento (2)	2.297	1.833
Usuários não Identificados (1)	(246)	(239)
<b>Total Contas a Receber</b>	<b>67.694</b>	<b>72.225</b>
(-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa	(11.597)	(12.433)
	<b>56.097</b>	<b>59.792</b>

- A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda, mas ainda não baixados no sistema da Companhia.
- Os valores a receber para o Fundo Municipal de Saneamento estão previstos na Lei Municipal nº 14.290 de 19 de novembro de 2021 e Decreto 14.928 de 17 de dezembro de 2021.

Os valores a receber de partes relacionadas correspondem a créditos a receber das faturas de água e esgoto da Prefeitura de Juiz de Fora (acionista), e estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Prefeitura de Juiz de Fora	577	11.040
Departamento Municipal de Limpeza Urbana	212	160
	<b>790</b>	<b>11.200</b>

A redução do crédito a receber do acionista Prefeitura de Juiz de Fora, é decorrente da aquisição do imobilizado junto ao Município de Juiz de Fora que foi utilizado como parte do pagamento. Composição do ativo na NE 10.7

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
A Vencer	12.753	10.999
Vencidos até 30 dias	7.726	8.541
Vencidos de 31 a 60 dias	2.361	3.051
Vencidos de 61 a 90 dias	967	1.443
Vencidos de 91 a 120 dias	853	1.145
Vencidos de 121 a 150 dias	615	1.021
Vencidos de 151 a 180 dias	601	1.020
Vencidos acima de 180 dias	35.179	35.024
	<b>61.056</b>	<b>62.243</b>
Arrecadação a Discriminar não Identificado (CR)	(246)	(239)
<b>Total a Receber</b>	<b>60.810</b>	<b>62.004</b>

<b>Parcelamentos</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
2008	-	35
2009	-	3
2011	-	4
2012	-	4
2013	-	7
2014	-	7
2015	-	22
2017	1	1
2019	1	1
2020	13	128
2021	112	523
2022	651	1.689
2023	540	1.960
2024	1.534	5.837
2025	4.032	-
	<b>6.884</b>	<b>10.222</b>
<b>Total</b>	<b>67.694</b>	<b>72.226</b>

## **6. Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são assim demonstrados:

	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
IRRF s/Aplicações	14.939	13.603
IRPJ a recuperar	2.320	
Antecipação de Contribuição Social	3.072	2.434
Antecipação de Imposto de Renda	30	1.506
INSS	48	48
COFINS/PASEP Retido	2	2
<b>Circulante</b>	<b>20.410</b>	<b>17.593</b>
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
IRPJ a Recuperar	-	2.055
Contribuição Social sobre o Lucro	738	738
COFINS a Recuperar	94	153
PIS/PASEP a Recuperar	24	37
<b>Não Circulante</b>	<b>855</b>	<b>2.983</b>

## **7. Estoque de Materiais**

Os estoques estavam compostos de materiais de consumo e insumo, como segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Material Utilizado na Manutenção (a)	6.201	6.116
Produtos Químicos	1.842	1.500
Material para Consumo	1.004	222
Material Escritório	58	72
Uniformes	66	41
Equipamento de Segurança	38	46
Ferramentas	42	42
Material de Limpeza e Conservação	23	23
Peças e Acessórios para Veículos	8	5
<b>Total</b>	<b>9.282</b>	<b>8.066</b>

(a) Os estoques de materiais utilizado na manutenção se refere basicamente a materiais hidráulicos, elétricos e material de obra, utilizados na manutenção do sistema de água e esgoto.

## 8. Outros Ativos

Os outros ativos realizáveis, estão assim demonstrados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamento a Terceiros	1.464	1.464
Adiantamento Empregados	347	247
Despesas Antecipadas	402	157
Convênio a Receber	78	77
Outros Créditos	9	9
<b>Circulante</b>	<b>2.301</b>	<b>1.955</b>
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Convênios a receber	82	82
Bloqueio recursos subvenções	-	32
Convênio PAC a Recuperar	1.220	1.220
Convênio PAC a Recuperar	1.599	-
<b>Não Circulante</b>	<b>2.900</b>	<b>1.333</b>

## 9. Investimentos

O investimento estava assim composto

	Taxas Médias Anuais - Depreciação %	<u>31/12/2025</u>			<u>31/12/2024</u>	
		Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido	Total Líquido	
Ações de Outras Companhias	-	30	-	30	30	
Propriedades para Investimentos		8.015	(2.406)	5.609	8.015	
		<b>8.045</b>	<b>(2.406)</b>	<b>5.639</b>	<b>8.045</b>	
	<u>Taxas Anuais de Depreciação %</u>	<u>31/12/25</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2024</u>
<b>Custo</b>						
Ações de Outras Companhias	-	30	-	-	-	30
Propriedades para Investimentos		8.015	-	-	-	8.015
		<b>8.045</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>8.045</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Ações de Outras Companhias		-	-	-	-	-
Propriedades para Investimentos		(2.406)	-	(2.406)	-	-
		<b>(2.406)</b>	<b>-</b>	<b>(2.406)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
		<b>5.639</b>	<b>-</b>	<b>2.406</b>	<b>-</b>	<b>8.045</b>

A ações de outras companhias corresponde a aquisição de 0,1% do capital da Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização instituída pela Lei Municipal nº 14.415 de 05 de maio de 2022. A operação foi realizada com o objetivo de participação estratégica do Município de Juiz de Fora. A participação foi registrada no ativo não circulante, no grupo de investimentos, pelo custo de aquisição, conforme o disposto no inciso III do artigo 183 da Lei nº 6.404/76 e orientações do CPC 26, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor, caso aplicável. A investida não se enquadra nos critérios de controlada ou coligada, sendo a participação avaliada pelo método do custo. Não houve, até a data de

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

encerramento deste exercício, distribuição de dividendos ou outros eventos relevantes relacionados a este investimento, também não houve indícios de perda permanente de valor do investimento.

## 10. Imobilizado

O imobilizado estava assim composto:

	Taxas Médias Anuais - Depreciação %	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Depreciação Acumulada	Total Líquido	Total Líquido
Arrendamento de Veículos	20	3.206	(892)	2.314	3.327
Benfeitorias em Terceiros	2,70	2.047	(1.238)	809	2.047
Edificações	4	12.236	(9.442)	2.794	11.969
Equipamentos de Informática	10	2.838	(968)	1.870	2.449
Ferramentas	20	82	(81)	1	125
Instalações	4	97.411	(21.621)	75.790	89.186
Inversões Fixas	-	223	-	223	247
Máquinas Equipamentos	10	7.761	(6.891)	870	9.102
Móveis e Utensílios	10	1.450	(663)	787	1.339
Obras em Execução (a)	10	30.005	-	30.005	144.927
Sistema de Água	4	378.571	(134.139)	244.432	270.043
Sistema de Esgoto	4	353.602	(62.835)	290.767	132.032
Terrenos		1.690	-	1.690	1.665
Valor Justo de Edificações	1,43	11.802	(2.876)	8.926	11.802
Veículos	20	1.921	(1.866)	55	2.114
		<b>904.845</b>	<b>(243.512)</b>	<b>661.332</b>	<b>682.374</b>

(a) A conta de "obras em execução" é destinada ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

	Taxas Anuais de Depreciação %	31/12/2025	Adições	Transferências	Baixas	31/12/2024
<b>Custo</b>						
Arrendamento de Veículos		3.206	2.674	-	2.795	3.327
Benfeitorias em Terceiros		2.047	-	-	-	2.047
Edificações	4	12.236	-	267	-	11.969
Equipamentos de Informática	10	2.838	392	-	3	2.449
Ferramentas	20	82	-	-	43	125
Instalações	4	97.411	-	8.226	1	89.186
Inversões Fixas		223	-	(24)	-	247
Máquinas Equipamentos	10	7.761	95	(3)	1.433	9.102
Móveis e Utensílios	10	1.450	178	19	86	1.339
Obras em Execução	10	30.005	172.967	(287.889)	-	144.927
Sistema de Água	4	378.571	38.381	73.079	2.932	270.043
Sistema de Esgoto	4	353.602	16.310	205.969	709	132.032
Terrenos		1.690	-	25	-	1.665
Valor Justo de Edificações	1,43	11.802	-	-	-	11.802
Veículos	20	1.921	-	-	193	2.114
<b>Total Custo</b>		<b>904.845</b>	<b>230.997</b>	<b>(331)</b>	<b>8.195</b>	<b>682.374</b>
<b>Depreciação Acumulada</b>						
Arrendamento de Veículos		(892)	(1.719)	-	2.795	(1.968)
Benfeitorias em Terceiros		(1.238)	(23)	-	-	(1.215)
Edificações		(9.442)	(93)	2.724	-	(12.073)
Equipamentos de Informática		(968)	(297)	-	(3)	(674)
Ferramentas		(81)	-	-	(43)	(124)
Instalações		(21.621)	(4.058)	-	-	(17.563)
Inversões Fixas		-	-	-	-	-
Máquinas Equipamentos		(6.891)	(121)	47	1.421	(8.238)
Móveis e Utensílios		(663)	(87)	-	80	(656)
Obras em Execução		-	-	-	-	-
Sistema de Água		(134.139)	(12.368)	-	(2.143)	(123.914)
Sistema de Esgoto		(62.835)	(5.291)	-	(23)	(57.567)
Terrenos		-	-	-	-	-
Valor Justo Edificações		(2.876)	(169)	-	-	(2.707)
Veículos		(1.866)	(16)	-	190	(2.040)
<b>Total da Depreciação</b>		<b>(243.512)</b>	<b>(24.242)</b>	<b>2.771</b>	<b>2.274</b>	<b>(228.739)</b>
<b>Total Líquido</b>		<b>661.332</b>	<b>206.755</b>	<b>2.440</b>	<b>10.469</b>	<b>453.635</b>

- (a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

No exercício de 2025 a Companhia realizou uma relevante transação de aquisição de infraestrutura de tratamento de esgotos sanitários realizada pela Companhia de Saneamento Municipal (CESAMA) junto ao Município de Juiz de Fora (PFJ), bem como as implicações contábeis e regulatórias decorrentes. A operação, concluída em 31 de dezembro de 2025, envolveu um valor total de **R\$ 144.123.651,96** e representa um marco na regularização de obrigações recíprocas oriundas do Contrato de Financiamento e Repasse nº 0161.603-73/06, celebrado com a Caixa Econômica Federal (CEF) no âmbito do programa "Saneamento Para Todos", cujo objetivo primordial é a recuperação ambiental do Rio Paraibuna.

A aquisição foi devidamente aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da CESAMA, em conformidade com o disposto no artigo 246 da Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), no artigo 28 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e no Estatuto Social da Companhia, garantindo a legalidade e a transparência do processo.

O valor total da aquisição da infraestrutura de tratamento de esgotos sanitários foi de **R\$ 144.123.651,96**. A quitação dessa transação foi estruturada de forma a extinguir obrigações recíprocas entre a CESAMA e o Município de Juiz de Fora (PFJ), conforme detalhado na tabela a seguir:

Componentes	Valor (R\$)
Desembolso líquido à vista pela CESAMA à PFJ (incluindo juros, taxas e amortizações)	95.787.730,52
Compensação de créditos a receber da PFJ (fornecimento de água, juros e correção monetária)	20.716.695,42
Assunção de valores a vencer do financiamento junto à CAIXA (liquidação via créditos de faturamento de água da PFJ)	27.619.226,02
<b>TOTAL</b>	<b>144.123.651,96</b>

Essa modalidade de pagamento e compensação permitiu a regularização integral das obrigações mútuas, consolidando a titularidade dos ativos essenciais para a prestação dos serviços de saneamento.

Com a conclusão da transação, os ativos de infraestrutura de tratamento de esgotos sanitários foram baixados do controle patrimonial do Município de Juiz de Fora (PFJ) e integralizados ao patrimônio da CESAMA, sendo devidamente ativados no grupo do Imobilizado da Companhia. A contabilização seguiu as diretrizes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Para fins de depreciação, foi adotado o método linear, com base na vida útil técnica estimada dos ativos, que é de **25 anos**. A depreciação anual projetada para esses ativos totaliza **R\$ 5.764.946,08**. Não foram identificados indícios de impairment (redução ao valor recuperável) para esses ativos, uma vez que os fluxos de caixa gerados são suportados e regulados pelo Marco Legal do Saneamento (Lei nº 14.026/2020, artigo 10), que estabelece metas de universalização e sustentabilidade econômico-financeira para o setor.

O impacto no Resultado do Exercício (DRE) da CESAMA será uma redução gradual decorrente da despesa de depreciação ao longo dos próximos 25 anos, refletindo o consumo dos benefícios econômicos futuros dos ativos.

A composição dos itens foram alocados da seguinte forma no banco patrimonial da Companhia

DESPOLUIÇÃO DO RIO PARAIBUNA - Contrato de Financiamento Caixa 161.603-73/2006	Contrapartida e reajuste (CESAMA)	PJF	Custo Total	Depreciação Acumulada	Taxa de Depreciação
<b>ESTRUTURA DO EMPREENDIMENTO - Esgoto</b>	<b>58.614.478,80</b>	<b>116.504.425,94</b>	<b>202.738.130,76</b>		
<b>ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS</b>					
EEEB INDEPENDÊNCIA	3.698.479,52	9.093.971,07	12.792.450,59	171.941,5403	4%
EEEB VILA IDEAL	4.133.229,05	10.162.950,83	14.296.179,88	192.152,9553	4%
<b>LINHAS DE RECALQUE</b>					
LR. INDEPENDÊNCIA	4.788.973,11	11.775.320,83	16.564.293,93	222.638,3593	4%
LR. VILA IDEAL	10.178.567,29	25.027.473,08	35.206.040,37	473.199,4673	4%
<b>INTERCEPTORES</b>					
IP. 02 E 03 INDEPENDÊNCIA	10.192.117,30	25.060.790,39	35.252.907,69	473.829,4044	4%
IP. 02 E 03 VILA IDEAL	3.507.401,21	8.624.140,00	12.131.541,21	161.753,8828	4%
<b>ETE UNIÃO INDÚSTRIA</b>					
ETE UNIÃO INDÚSTRIA	22.115.711,32	54.379.005,77	76.494.717,09	1.019.929,5612	4%
	<b>58.614.478,80</b>	<b>144.123.651,96</b>	<b>202.738.130,76</b>	<b>2.715.445,1706</b>	

## 11. Intangível

O intangível estava demonstrado como segue:

	Taxas Anuais de Amortização %	31/12/2025	31/12/2024
Concessão de Uso		23.574	1.984
Licença de Utilização Software		1.597	1.597
Processo Operacional Desenvolvido		291	291
Processo Operacional em Desenvolvimento	4	732	616
Programa de Informática	10	934	916
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	1.070
Software Desenvolvido		-	1.842
Contrato de Cessão de Uso (Exército)		3.095	1.676
		<b>31.293</b>	<b>9.991</b>
<b>Amortização Acumulada</b>			
Concessão de Uso		(1.897)	(1.381)
Licença utilização Software		(90)	(1)
Processo Operacional Desenvolvido		(44)	(15)
Programa de Informática		(168)	(239)
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(951)	(929)
Software Desenvolvido		(0)	(0)
<b>Total Amortização</b>		<b>(3.150)</b>	<b>(2.565)</b>
<b>Total Líquido</b>		<b>28.143</b>	<b>7.426</b>

As concessões de uso, as redes mistas de esgoto e água pluvial e os programas de informática estão sendo amortizados. Os demais ativos intangíveis são de vida útil indefinida, pois não existe um limite previsível para o período durante o qual o ativo deverá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia, conforme NBC TG 04 (R4) - Ativo Intangível.

A movimentação do intangível no período foi o seguinte:

	Taxas Anuais de Amortização %	31/12/2025	Adições	Transferência	Baixas	31/12/2024
Concessão de Uso		23.574	21.590	-	-	1.984
Licença de Utilização Software		1.597	-	-	-	1.597
Processo Operacional Desenvolvido		291	-	-	-	291
Processo Operacional em Desenvolvimento	4	732	116	-	-	616
Programa de Informática	10	934	-	2.128	2.110	916
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4	1.070	-	-	-	1.070
Software Desenvolvido		-	-	(1.842)	-	1.842
Contrato de Cessão de Uso (Exército)		3.095	1.419	-	-	1.676
<b>Total Custo</b>		<b>31.293</b>	<b>23.125</b>	<b>286</b>	<b>2.110</b>	<b>9.992</b>
<b>Amortização Acumulada</b>						
Concessão de Uso		(1.897)	(199)	(317)	-	(1.381)
Licença utilização Software		(90)	(89)	-	-	(1)
Processo Operacional Desenvolvido		(44)	(29)	-	-	(15)
Processo Operacional em Desenvolvimento		-	-	-	-	-
Programa de Informática		(168)	(88)	-	(159)	(239)
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(951)	(22)	-	-	(929)
Software Desenvolvido		(0)	-	-	-	(0)
<b>Total Amortização</b>		<b>(3.150)</b>	<b>(427)</b>	<b>(317)</b>	<b>(159)</b>	<b>(2.565)</b>
<b>Total Líquido</b>		<b>28.143</b>	<b>22.698</b>	<b>(31)</b>	<b>1.951</b>	<b>7.426</b>

## 12. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos, assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Empreiteiros (a)	7.916	9.114
Fornecedor (b)	2.436	1.814
Arrendamento Veículos	3.002	1.489
Locação	517	488
<b>Circulante</b>	<b>13.871</b>	<b>12.905</b>
Fornecedores (b)	2.727	1.688
<b>Não Circulante</b>	<b>2.727</b>	<b>1.688</b>
	<b>16.598</b>	<b>14.593</b>

(a) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

(b) registra apenas as obrigações com os fornecedores de materiais que são de estoque da CESAMA

### 13. Empréstimos e financiamentos

Em Moeda Nacional	31/12/2025			31/12/2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
CAIXA 0506.597-36/2018	3.919	41.270	45.189	244	28.566	28.810
CAIXA 26.4260.763.0000001/03	4.800	-	4.800	2.511	4.400	6.911
CAIXA 0182288-92/07	295	768	1.062	5.200	1.044	6.244
CAIXA 0161.603-73/06	9.424	18.195	27.619	-	-	-
	<b>18.438</b>	<b>60.233</b>	<b>78.671</b>	<b>7.954</b>	<b>34.010</b>	<b>41.964</b>

Em Moeda Nacional	Encargos	Período Inicial	Período Final	31/12/2025	31/12/2024
CAIXA 0182288-92/97	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	1.062	6.244
CAIXA 0506597-36/18	9% + FGTS	31/03/2019	06/08/2038	45.189	28.810
CAIXA 26.4260.763.0000001/03	3% + CDI	29/01/2022	26/12/2026	4.800	6.911
CAIXA 0161.603-73/06	6,5% + FGTS	22/12/2025		27.619	-
				<b>78.671</b>	<b>41.964</b>

As garantias prestadas nos empréstimos é a arrecadação de receitas decorrentes das tarifas de água e esgoto pagas pelos clientes e recursos financeiros em contas de aplicação Nota 4.

### 14. Impostos e Contribuições

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS	1.997	1.340
IRRF	1.233	1.054
ISS Retido na Fonte	266	223
INSS Retido na Fonte	431	257
PASEP	396	288
Retenção Contribuição Lei 10.83	226	172
CSLL	-	-
IRPJ	65	65
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>4.615</b>	<b>3.398</b>
IRPJ (a)	-	148.076
CSLL	1.298	1.323
<b>Total Longo Prazo (a)</b>	<b>1.298</b>	<b>149.399</b>
<b>Total</b>	<b>5.913</b>	<b>152.797</b>

### 15. Obrigações Trabalhistas e Sociais

As obrigações trabalhistas e sociais estão assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Décimo Terceiro, Férias e Encargos	8.499	7.607
Previdência Social	1.586	1.448
Participação Resultado dos Empregados	12.917	2.521
FGTS	512	474
Convênio SESI	61	56
Convênio SENAI	41	37
SENAI	16	15
Rescisão Contratual	14	307
	<b>23.646</b>	<b>12.464</b>

### 16. Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio – JSCP

Essas obrigações estão assim compostas:

	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos - Prefeitura Municipal de JF	431	431
Dividendos - DEMLURB	-	-
Juros sobre Capital Próprio - Prefeitura Municipal de JF	1.621	3.746
Juros sobre Capital Próprio - DEMLURB	2	0
	<b>2.054</b>	<b>4.178</b>

## 17. Outros Passivos

Correspondem a outras contas a pagar e estão assim detalhadas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Repasso de terceiros para Investimentos	-	6.757
Valores a Restituir Usuários	5.362	5.465
Outros Valores Exigíveis	2.307	2.387
Convênios para Serviços de Arrecadação - FMS	2.297	1.833
Contratos e Convênios para Terceiros	-	200
SENAI Treinamento	89	81
Títulos a pagar	1.328	128
Cauções de Terceiros	112	79
SESI Assistência Social	41	38
INPAO DENTAL - Plano Odontológico	5	5
Depósito Judiciário	(7)	-
<b>Total Curto Prazo</b>	<b>11.534</b>	<b>16.973</b>
Outorgas Cursos D'Água	8.828	-
<b>Total Longo Prazo</b>	<b>8.828</b>	<b>-</b>

## 18. Obrigações por Concessão de Uso

As obrigações por concessão de uso estão assim demonstradas:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Concessão de Uso (a)	12.033	1.985
	<b>12.033</b>	<b>1.985</b>

(a) Corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde essa companhia ocupa áreas cedidas por àqueles órgãos sem ônus, arcando apenas os custos de manutenção.

## 19. Provisão para Contingências

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A companhia mantém provisão contábil julgada suficiente, de acordo com a posição dos assessores jurídicos, para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais ela é ré, e para as quais existem alguns depósitos judiciais realizados. As provisões e os depósitos judiciais estão apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	<u>Depósitos Judiciais</u>		<u>Provisões para Contingências</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cível (a)	572	499	4.408	4.759
Trabalhista (b)	946	736	528	829
	<b>1.518</b>	<b>1.235</b>	<b>4.935</b>	<b>5.588</b>

(a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços e à cobrança de serviços, dentre outros.

(b) As reclamações trabalhistas se referem basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação salarial, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo Intra jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

Processos com prognóstico de probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamenta os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2025 divididos por área, era:

	Valores em R\$ mil			
	Provável	Possível	Remota	Total
Cível (a)	4.408	14.326	3.003.169	3.021.903
Trabalhista (b)	528	1.296	1.121	2.944
	<b>4.935</b>	<b>15.622</b>	<b>3.004.290</b>	<b>3.024.847</b>

## 20. Partes Relacionadas

As operações com partes relacionadas estão expostas a seguir:

### a) Prefeitura municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora - MG, com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

As operações com partes relacionadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários das suas atividades. Tais operações, relacionadas à atividade operacional da companhia, foram realizadas em termos equivalentes e que prevalecem nas transações com partes independentes e os saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante		
Contas a Receber - nota explicativa nº 05	790	11.200
	<b>790</b>	<b>11.200</b>
Ativo Não Circulante		
Intangível - Cessão de Uso (I)	1.985	1.985
	<b>1.985</b>	<b>1.985</b>
<b>Total Ativo</b>	<b>2.775</b>	<b>13.185</b>
Passivo Não Circulante		
Cessão de Uso (I)	1.985	1.985
<b>Total Passivo</b>	<b>1.985</b>	<b>1.985</b>

(i) A cessão de uso se refere a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora utiliza o imóvel, da companhia, localizado na Av. Presidente Itamar Franco lojas 992 e 994 e em contrapartida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

### b) operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados, não possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.

Os custos no exercício de 2025 e em 2024 realizados para remunerar a diretoria e os conselheiros foram de R\$ 1.218 mil e 1.269 mil respectivamente, conforme condições previstas nos respectivos contratos e reconhecidos em rubrica própria.

O Município de Juiz de Fora (PFJ) é o acionista controlador da CESAMA e, portanto, configura-se como **parte relacionada**, conforme definido no item 9 do Pronunciamento Técnico CPC 26 (R2) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e no artigo 47 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). A transação de aquisição da infraestrutura de esgoto, detalhada nesta Nota Explicativa (NE10), representa a principal transação material com parte relacionada no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

O objetivo primordial desta operação foi a regularização de obrigações mútuas e a consolidação da gestão dos ativos de saneamento sob a responsabilidade da CESAMA, em linha com as melhores práticas de governança e as exigências regulatórias. A transação foi realizada em condições de mercado, sem termos mais favoráveis que os que seriam praticados com partes não relacionadas, garantindo a equidade e a proteção dos interesses da Companhia e de seus acionistas.

Para o exercício de 2025, não foram identificadas outras transações materiais com partes relacionadas que demandem divulgação específica além da presente, conforme exigido pela Nota Explicativa 20 (NE 20).

A operação de aquisição da infraestrutura de tratamento de esgotos sanitários representa um passo estratégico para a CESAMA, otimizando seu patrimônio, consolidando a gestão dos ativos essenciais e reforçando sua capacidade econômico-financeira para o cumprimento de sua missão institucional e das exigências regulatórias. A transparência e a conformidade legal e contábil foram pilares fundamentais em todo o processo.

## 21. Patrimônio Líquido

### a) Capital Social

O capital social, da companhia, está composto da seguinte forma:

Acionistas	Quantidade de Ações (em ações mil)	%	R\$
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	299.464	99,99%	299.464
DEMLURB	30	0,01%	30
<b>Total</b>	<b>299.494</b>	<b>100,00%</b>	<b>299.494</b>

Na Assembléia Geral Extraordinária do dia 15/12/2025, no item 7 desta AGE, ficou aprovado que a Prefeitura de Juiz de Fora, irá realizar a título de aumento do Capital Social da Companhia, um aporte no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante transferência bancária, no mês de janeiro de 2026, observadas as normas orçamentárias, financeiras e contábeis aplicáveis ao Município e à Cesama.

## 22. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela Bradesco Multipensions, entidade fechada de previdência complementar.

### Plano de contribuição definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora (patrocinadora) paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora (patrocinadora) é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

## 23. Instrumentos Financeiros

### a) Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros, da companhia se refere a empréstimos a pagar, fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da companhia. A companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, como exposto a seguir:

#### (i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutua devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

#### Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas da companhia.

#### Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade de a companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” para se proteger desse risco.

#### (ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e a probabilidade de não recebimento desses valores.

#### Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por estimativa para eventuais perdas na sua realização.

#### Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

#### (iii) Risco de liquidez

A liquidez da companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos no mercado local. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas operacionais de capital. Os financiamentos destinam-se as obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto.

#### b) Gestão de risco de capital

Os objetivos da companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com a dívida líquida, conforme demonstrado no balanço patrimonial.

Período	2021	2022	2023	2024	2025	Média
<b>Alavancagem</b>	<b>10%</b>	<b>12%</b>	<b>10%</b>	<b>9%</b>	<b>11%</b>	<b>10%</b>

#### 24. Conciliação da Receita Bruta e Receita Líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, e sua conciliação com a receita líquida é assim demonstrada:

	<u>jan a dez 2025</u>	<u>jan a dez 2024</u>
<b>Serviço de Água</b>		
Tarifa de Água	188.361	174.904
Ligações	646	679
Outros Serviços Técnicos	189	290
Caminhão Pipa	36	29
Ampliações Redes	596	1
Cortes e Sanções	2	8
	<b>189.830</b>	<b>175.911</b>
<b>Serviços de Esgoto</b>		
Tarifa de Esgoto	122.749	113.988
Ligações	443	343
Ampliações Redes	6	35
Outros Serviços	-	
	<b>123.199</b>	<b>114.366</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>313.029</b>	<b>290.277</b>
COFINS sobre Faturamento	(24.827)	(22.240)
Cancelamentos	(4.779)	(5.792)
PIS sobre Faturamento	(5.314)	(4.789)
	<b>(34.920)</b>	<b>(32.821)</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>278.109</b>	<b>257.456</b>

#### 25. Custo dos Serviços Prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim representados:

	<u>jan a dez 2025</u>	<u>jan a dez 2024</u>
<b>Custos dos Sistemas</b>		
<b>Serviço de Água</b>	<b>90.918</b>	<b>72.456</b>
Energia Elétrica	20.920	26.472
Serviços de Terceiros	19.080	13.965
Depreciações e Amortizações	16.387	13.229
Material e Insumos	12.811	12.254
Pessoal	21.276	4.883
Despesas Gerais	444	1.655
<b>Serviços de Esgoto</b>	<b>34.267</b>	<b>25.531</b>
Energia Elétrica	2.247	2.101
Serviços de Terceiros	11.753	13.469
Depreciações e Amortizações	5.008	3.929
Material e Insumos	1.353	1.749
Pessoal	13.785	4.283
Despesas Gerais	121	
	<b>125.185</b>	<b>97.988</b>

Em maio de 2025, foi implementada nova metodologia de cálculo da tarifa, alterando a classificação de gastos com controle de perdas, que passaram a ser registrados como investimentos, totalizando R\$ 8 milhões em 2025.

## **26. Despesas Gerais e Administrativas**

As despesas Gerais e Administrativas estão assim demonstradas:

<b>Administrativas</b>	<u>jan a dez 2025</u>	<u>jan a dez 2024</u>
Pessoal	59.328	79.407
Serviço	26.958	24.733
Material e Insumos	622	2.011
Arrendamento de Veículos	2.654	2.119
Depreciações / Amortizações	1.559	905
Tarifas com cobrança de Faturas	2.038	2.288
Energia Elétrica	308	411
Baixa de Crédito/PCLD	(540)	1.236
Provisão/Reversão p/ Contingência	(652)	(2.149)
<b>Subtotal</b>	<b>92.275</b>	<b>110.962</b>
Gerais	2.564	5.727
<b>Total</b>	<b>94.839</b>	<b>116.689</b>

## **27. Outras Receitas e Despesas**

As outras receitas e despesas estão assim demonstradas:

<b>Outras Receitas e Despesas</b>	<b>jan a dez 2025</b>	<b>jan a dez 2024</b>	<b>out a dez 2024</b>
Contribuições e Doações	2.292	5	-
Indenizações e Ressarcimentos de Despesas	956	281	16
Ressarcimento Despesas Não tributáveis	146.362	-	-
Vendas de Bens do Imobilizado	218	830	643
Ajuste Positivo a Valor de Mercado - TVM e Instrumentos Financeiros	274	274	69
	<b>150.102</b>	<b>1.390</b>	<b>728</b>
<b>Outras Despesas</b>			
Baixa por Alienação de Ativos	(120)	(1.840)	14
Prejuízo na Baixa de Bens	3.396	1.882	-
	<b>3.276</b>	<b>42</b>	<b>14</b>
<b>Resultado</b>	<b>146.827</b>	<b>1.348</b>	<b>713</b>

O saldo registrado na conta “Ressarcimento de despesas não tributável” decorre do reconhecimento judicial, em favor da CESAMA, da imunidade tributária recíproca quanto à incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), nos termos de decisão transitada em julgado no processo nº 0007998-48.2010.4.01.3801. Em decorrência dessa decisão, a Companhia reconheceu em 2025 os valores de IRPJ anteriormente apropriados como despesa nos exercícios de 2012 a 2024, os quais não foram recolhidos, totalizando R\$ 146,4 milhões, com o correspondente ajuste do passivo relacionado.

## 28. Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro está assim demonstrado:

	<b>jan a dez 2025</b>	<b>jan a dez 2024</b>
<b>Receita Financeira</b>		
Rendimento Aplicações	15.604	14.871
Juros Auferidos	15.112	953
Ascrécimo por Impontualidade (1)	1.424	1.367
Variações Monetária	2.524	319
Descontos Obtidos	271	278
	<b>34.934</b>	<b>17.789</b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Juros Financiamentos	(3.469)	(3.642)
Variação Monetária de Financiamentos	(781)	(100)
Outras Despesas de Financiamentos	(1.127)	(1.300)
Outras Despesas Financeiras (2)	(17)	(100)
	<b>(5.394)</b>	<b>(5.142)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>29.540</b>	<b>12.647</b>

a) São valores recebido das faturas pagas com atraso;

b) Corresponde aos valores creditados referente as atualizações monetárias e demais despesas dos financiamentos contratados.

O incremento relevante das receitas financeiras registrado no exercício de 2025, constituído por juros auferidos e variação monetária, vincula-se, fundamentalmente, a três eventos: (i) acordo judicial firmado com a UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, com reflexos de R\$ 2,9 milhões em juros e correção monetária; (ii) recebimento de créditos junto à PJF – Prefeitura de Juiz de Fora, com reflexos de R\$ 4,2 milhões; e (iii) reconhecimento de parcelamento, com reflexos de R\$ 9,3 milhões. O montante agregado dessas operações totaliza R\$ 16,4 milhões no exercício.

## 29. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de renda

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA, empresa pública municipal, obteve **reconhecimento judicial de imunidade tributária recíproca** quanto à incidência do IRPJ, conforme decisão transitada em

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX

julgado no processo nº 0007998-48.2010.4.01.3801, perante o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, O acórdão e o voto do relator (Juiz Federal Glaucio Ferreira Maciel Gonçalves) confirmam que a União deve se abster de promover lançamentos tributários ou inscrições em dívida ativa relacionados ao IRPJ. portanto não sendo mais obrigada ao recolhimento. Diante da decisão os valores no montante de R\$ 6,942 lançados em 2025 no 1º e 2º foram estornados agora no 3º trimestre de 2025.

b) Contribuição social sobre o lucro líquido

O valor registrado como despesa de contribuição social demonstrado da seguinte forma:

	<b>jan a dez 2025</b>	<b>jan a dez 2024</b>
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	197.758	36.175
<b>Adições e Exclusões</b>		
PECLD/Reversão	(847)	437
Provisão/Reversão para Contingência	(642)	(2.149)
Apoio Institucional	579	765
Doações	-	1
Auto de Infração	-	1
Gratificações a Diretores	25	187
Receitas de Subvenção	(148.654)	-
Ajuste de Ativos	-	-
	<b>(149.539)</b>	<b>(758)</b>
<b>Base de Cálculo</b>	<b>48.219</b>	<b>35.417</b>
Alíquota - 9%	<b>4.340</b>	<b>3.188</b>

### 30. Seguros

A companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de seus principais ativos e responsabilidades, em eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multirriscos, ela mantém apenas contratos de seguros para seus veículos de uso.

Não ocorreram durante o período perdas ou sinistros significativos, decorrentes dos riscos mencionados no parágrafo anterior.

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

Lincoln Santos Lima  
Diretor Presidente

Renata Fernandes da Silva  
Diretor Financeiro e Administrativo

Sergio Queiroz de Almeida  
Diretor Técnico Operacional

Vinicius Azevedo Heckert  
Diretor de Desenvolvimento e Expansão

Robson Dutra Ferreira  
Contador  
CRC-MG 070057

Companhia de Saneamento Municipal – Cesama  
Avenida Barão do Rio Branco, 1843/10º andar - Centro  
CEP: 36.013-020 | Juiz de Fora - MG | Telefone: (32) 3692-XXXX